

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre
Findo em 30 de Junho de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

NEGRESKO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Relatório da Administração – 1º Semestre de 2024

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras da **Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”)**, bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativas ao primeiro semestre de 2024.

Cenário Econômico

No primeiro semestre de 2024, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 2,48% e o relatório Focus aponta que o índice fechará o ano em 4,02%, sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central é de 3% para o ano de 2024. A taxa básica de juros (Selic), que iniciou o ano em 11,75%, está em 10,5%.

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), de maio de 2024, 71,7% das famílias relataram ter dívidas (vencidas ou a vencer), sendo que 21,9% das famílias estão com contas em atraso e 9,4% declararam que não terão condições de pagar.

Para 2024, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 4,02%, a taxa SELIC em 10,5% e o PIB com crescimento de 2,1%.

A Financeira continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A Financeira vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido

A Financeira, no semestre findo em 30 de junho de 2024, apurou lucro de R\$ 16,8 milhões contra R\$ 7,6 milhão no mesmo período de 2023 e o patrimônio líquido encerrou o semestre totalizando R\$ 93,7 milhões.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro.

Em 1º de fevereiro de 2024, foram pagos R\$ 17 milhões referente ao saldo do lucro apurado no ano de 2023.

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital

Em março de 2019, a Financeira fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR₅₅), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados, no início de 2018, estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e, quando necessários, atualizados.

Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 26 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Auditoria Independente

A Financeira possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários dos serviços de auditoria independente relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2024 montam R\$ 271.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da Financeira sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 23 de agosto de 2024.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e ao semestre findo em 30 de junho de 2023

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e ao semestre findo em 30 de junho de 2023 foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatórios datados de 21 de março de 2024 e 23 de agosto de 2023, respectivamente, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

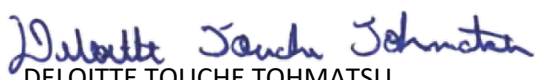
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de agosto de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR



João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO		jun/2024	dez/2023
Disponibilidades	4	127	378
Instrumentos financeiros		279.687	260.997
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	49.109	33.772
Operações de crédito - setor privado	7	283.196	282.092
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(52.618)	(54.867)
Outros ativos	6	1.199	2.221
Créditos tributários	8	7.981	7.077
Garantias judiciais	16	1.030	700
Impostos e contribuições a compensar	5	199	198
Imobilizado	9	1.750	258
Imobilizado em uso		8.394	6.866
Depreciação acumulada		(6.644)	(6.608)
Intangível	10	535	13
Licenças e direitos		1.208	672
Amortização acumulada		(673)	(659)
Total do ativo		292.508	271.842
PASSIVO		jun/2024	dez/2023
Valores financiados a repassar	11	1.697	2.100
Contas a pagar	12	3.349	1.653
Obrigações societárias		-	518
Fiscais e previdenciárias	13	9.071	3.741
Outros passivos		36	29
Provisões - outras	14	2.979	2.185
Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	177.702	163.736
Participação no resultado (empregados)	15	777	1.470
Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	16	3.136	2.951
Patrimônio líquido	19	93.761	93.459
Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Reserva legal		9.500	8.660
Reserva especial de lucros		13.944	30.440
Lucros acumulados		15.958	-
Total do passivo		292.508	271.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	jun/2024	jun/2023
Receitas da intermediação financeira	116.606	101.746
Operações de crédito	7 99.515	89.631
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1 14.867	11.039
Receitas de aplicações interfinanceiras	4 2.224	1.076
Despesas da intermediação financeira	(16.142)	(14.642)
Operações de captação no mercado	17.a.2 (10.859)	(11.216)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1 (5.283)	(3.426)
Resultado da intermediação financeira	100.464	87.104
Outras receitas operacionais	3.133	3.025
Receita de prestação de serviços	20 2.809	2.857
Lucro na venda de operações de crédito	12	9
Outras receitas operacionais	312	159
Principais despesas operacionais	(37.055)	(34.114)
Despesas com pessoal	21 (13.507)	(12.453)
Despesas administrativas	22 (18.764)	(17.346)
Despesas tributárias	23 (4.630)	(4.102)
Outras despesas operacionais	(154)	(213)
Despesas de provisões	(38.549)	(43.265)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1 (38.080)	(42.602)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b 238	(16)
Provisão para contingências cíveis	16.b (423)	(616)
Outras provisões	(284)	(31)
Resultado operacional	27.993	12.750
Resultado não operacional	(8)	0
Resultado antes dos tributos e participações	27.985	12.750
Imposto de renda e contribuição social	(11.187)	(5.098)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.090)	(5.256)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	903	158
Lucro líquido do semestre / exercício	16.798	7.652
Quantidade de ações no fim do período	54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período	309,02	140,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido do semestre	<u>16.798</u>	<u>7.652</u>
Outros resultados abrangentes do período	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u><u>16.798</u></u>	<u><u>7.652</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

			Reservas de lucros			
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		54.359	7.482	19.007	-	80.848
Lucro líquido do semestre		-		-	7.652	7.652
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	383	-	(383)	-
Distribuição de dividendos	19.b			(5.063)	-	(5.063)
Saldos em 30 de junho de 2023		54.359	7.865	13.944	7.269	83.437
Mutações do período		-	383	(5.063)	7.269	2.589
Saldos em 31 de dezembro de 2023		54.359	8.660	30.440	-	93.459
Lucro líquido do semestre		-		-	16.798	16.798
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	840	-	(840)	-
Distribuição de dividendos	19.b			(16.496)	-	(16.496)
Saldos em 30 de junho de 2024		54.359	9.500	13.944	15.958	93.761
Mutações do período		-	840	(16.496)	15.958	302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>jun/2024</u>	<u>jun/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do período	67.575	56.432
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	27.985	12.750
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações e amortizações	54	121
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	38.080	42.602
Apropriação da despesa antecipada	138	198
Provisão (reversão) para passivos contingentes	257	730
Provisão para participações no resultado (PLR)	777	-
Provisão (reversão) - outras	284	31
Variações em ativos e passivos		
Aumento em instrumentos financeiros - operações de crédito	(41.433)	(51.838)
Redução em outros ativos	877	512
Aumento em garantias judiciais	(330)	(7)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar	(1)	657
Aumento (redução) em valores financiados a repassar	(403)	155
Aumento (redução) em contas a pagar	1.696	(189)
Aumento em fiscais e previdenciárias	(145)	(815)
Aumento em passivos diversos	5	13
Aumento em recursos de aceites cambiais	13.966	15.343
Redução em participações no resultado (funcionários)	(1.470)	(706)
Aumento em provisão trabalhistas (férias e 13º salário)	517	525
Redução em contingências	(72)	(99)
CSLL e IRPJ pagos no período	(6.615)	(3.642)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	34.167	16.341
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Adições) ao ativo permanente	(2.068)	(7)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(2.068)	(7)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(17.013)	(5.063)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(17.013)	(5.063)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa	15.086	11.271
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	34.150	11.106
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	49.236	22.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financeira fica na rua João Bettega, 830, bairro Portão – Curitiba – Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 23 de agosto de 2024, as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e a divulgação foi autorizada a partir dessa data.

b. Moeda funcional

A moeda funcional da Financeira é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de crédito

Estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

Depósitos e demais instrumentos financeiros.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade seja de valor inferior a R\$ 50 mil são classificadas inicialmente no mínimo em “A” e a provisão é constituída em função do atraso conforme critérios definidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

Para operação igual ou superior a R\$ 50 mil, é efetuada análise considerando a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultado, fluxo de caixa, pontualidade e atraso nos pagamentos, setor de atividade econômica e limite de crédito para atribuição do risco do cliente.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificadas evidências de *impairment* nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023.

g. Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de “*impairment*”.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do semestre.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%, considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

k. Lucro por ação

O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

1. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Financeira e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira, de acordo com o artigo 34 da Resolução BCB nº 2/2020, assume-se que o lucro líquido em 30 de junho de 2024, no montante de R\$ 16.798 mil (R\$ 7.652 em 30 de junho de 2023), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes a caixa

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	127	378
Aplicações interfinanceiras de liquidez	49.109	33.772
Total	49.236	34.150

As aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxas entre 96% e 103% do DI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimentos para os dias 1º e 15 de julho de 2024 (em 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxas entre 96% e 103% do DI e com vencimento para 02 e 12 de janeiro de 2024).

A Financeira auferiu, no semestre findo em 30 de junho de 2024, receita com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 2.224 (R\$ 1.076 em 30 de junho de 2023).

5 Impostos e contribuições a compensar

	30/06/2024	31/12/2023
COFINS (i)	162	162
Contribuição Social	14	14
Imposto de Renda	23	22
Total	199	198
	30/06/2024	31/12/2023
Montante a ser realizado em até 12 meses	-	-
Montante a ser realizado em após 12 meses	199	198

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS foi originado em processo transitado em julgado e foi compensado quase na totalidade, restando um saldo após a Receita Federal do Brasil ter ingressado com ação rescisória. O processo está sobrestado aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal sobre outra ação afetada pelo rito de repercussão geral.

6 Outros ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamento de 13º salário	437	0
Adiantamento de benefícios	385	370
Contas a receber – Lojistas	358	524
Despesas antecipadas	70	135
Outros valores	62	68
Adiantamento de férias	23	115
Contas a receber – Bancos	0	785
Adiantamento de PLR	0	353
Provisão para perdas (contas a receber lojistas)	(136)	(129)
Total	1.199	2.221
	30/06/2024	31/12/2023
Montante a ser realizado em até 12 meses	1.199	2.217
Montante a ser realizado em após 12 meses	0	4

7 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	30/06/2024	31/12/2023
Operações de crédito:		
Empréstimos	34.448	35.512
Financiamentos	248.748	246.580
Subtotal	283.196	282.092
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(52.618)	(54.867)
Total	230.578	227.225
	30/06/2024	31/12/2023
Montante a ser realizado em até 12 meses	219.868	216.434
Montante a ser realizado em após 12 meses	10.710	10.791

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	30/06/2024		31/12/2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Pessoa física	283.194	100,00%	282.092	100,00%
Outros serviços	2	0,00%	0	0,00%
Total	283.196	100,00%	282.092	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	30/06/2024		31/12/2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	52.356	18,49%	54.639	19,37%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	108.286	38,24%	105.667	37,46%
De 90 a 360 dias	111.447	39,35%	110.669	39,23%
Acima de 360 dias	11.107	3,92%	11.117	3,94%
Total	283.196	100,00%	282.092	100,00%

A taxa média praticada no semestre pela Financeira foi de 13,1% (13,68% no 1º semestre de 2023) ao mês para empréstimo e de 6,43% (6,46% no 1º semestre de 2023) ao mês para financiamento. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2024, a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 99.515 (R\$ 89.631 em 30 de junho de 2023).

d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

d.1 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º semestre de 2024	2º semestre de 2023	1º semestre de 2023
Saldo do início do período	(54.867)	(58.226)	(53.666)
Constituição (líquida de reversão)	(38.080)	(38.866)	(42.602)
Baixa para prejuízo	40.329	42.225	38.042
Saldo final do período	(52.618)	(54.867)	(58.226)

Foram recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2024, créditos no valor de R\$ 14.867 (R\$ 11.039 em 30 de junho de 2023), registrados como receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo, na rubrica de receitas da intermediação financeira.

Foram concedidos R\$ 5.283 de descontos nos recebimentos (R\$ 3.426 em 30 de junho de 2023) lançados na rubrica despesas da intermediação financeira.

No quadro abaixo estão demonstradas as renegociações ocorridas durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 (no semestre findo em 30 de junho de 2023 não houve renegociação de operações de crédito).

CONTRATOS BAIXADOS	CARTEIRA NORMAL	CARTEIRA PREJUÍZO	TOTAL
Parcela / saldo curva	398	602	1.000
Renda	(70)	0	(70)
IOF de atraso	1	4	5
Desconto concedido	(17)	(192)	(209)
Saldo	312	414	726

CONTRATOS GERADOS	CARTEIRA NORMAL		TOTAL
Principal	312	414	726
Renda	199	205	404
Total das prestações	511	619	1.130

As renegociações dos contratos da carteira prejuízo geram o montante de R\$ 602 lançado na conta "Recuperação de Crédito Baixado para Prejuízo".

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 30 de junho de 2024

Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	18.142	167.233	185.375	927
B	Normal	1,00%	1.773	12.088	13.861	139
	Vencido	1,00%	373	1.981	2.354	23
C	Normal	3,00%	1.254	7.479	8.733	262
	Vencido	3,00%	453	2.096	2.549	76
D	Normal	10,00%	936	4.574	5.510	551
	Vencido	10,00%	591	2.382	2.973	297
E	Normal	30,00%	619	3.313	3.932	1.180
	Vencido	30,00%	632	2.754	3.386	1.016
F	Normal	50,00%	557	3.076	3.633	1.817
	Vencido	50,00%	876	3.684	4.560	2.280
G	Normal	70,00%	371	2.354	2.725	1.908
	Vencido	70,00%	856	4.022	4.878	3.415
H	Normal	100,00%	1.099	5.971	7.070	7.070
	Vencido	100,00%	5.916	25.741	31.657	31.657
Total			34.448	248.748	283.196	52.618

Posição em 31 de dezembro de 2023

Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	18.867	165.853	184.720	924
B	Normal	1,00%	1.726	10.808	12.534	125
	Vencido	1,00%	351	1.798	2.149	22
C	Normal	3,00%	1.291	6.891	8.182	245
	Vencido	3,00%	485	1.990	2.475	74
D	Normal	10,00%	880	4.266	5.146	515
	Vencido	10,00%	601	2.316	2.917	292
E	Normal	30,00%	725	3.502	4.227	1.268
	Vencido	30,00%	757	3.034	3.791	1.137
F	Normal	50,00%	540	2.659	3.199	1.600
	Vencido	50,00%	842	3.358	4.200	2.100
G	Normal	70,00%	356	1.978	2.334	1.634
	Vencido	70,00%	766	3.524	4.290	3.003
H	Normal	100,00%	1.033	6.078	7.111	7.111
	Vencido	100,00%	6.292	28.525	34.817	34.817
Total			35.512	246.580	282.092	54.867

8 Créditos tributários

A Financeira registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Origem dos créditos tributários		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.156	5.743
Provisão para contingências trabalhistas	441	536
Provisão para contingências cíveis	813	644
Outros	571	154
Total	7.981	7.077
	30/06/2024	31/12/2023
Montante a ser realizado em até 12 meses	6.741	5.839
Montante a ser realizado em após 12 meses	1.240	1.238

Nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial 31/12/2023	Constituição	Utilização / Reversão	Saldo Final 30/06/2024
Imposto de renda				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.589	3.620	(3.362)	3.847
Provisão para contingências	738	143	(96)	785
Outras provisões	96	359	(99)	356
Créditos Tributários de IRPJ	<u>4.423</u>	<u>4.122</u>	<u>(3.557)</u>	<u>4.988</u>
Contribuição social				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.154	2.171	(2.017)	2.308
Provisão para contingências	442	86	(58)	470
Outras provisões	58	216	(59)	215
Créditos Tributários de CSLL	<u>2.654</u>	<u>2.473</u>	<u>(2.134)</u>	<u>2.993</u>
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	<u>7.077</u>	<u>6.595</u>	<u>(5.691)</u>	<u>7.981</u>

Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução CMN nº 4.842/2020, as instituições financeiras devem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2024, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	30/06/2024	31/12/2023
Expectativa de Realização:		
2024	6.337	5.839
2025	808	452
2026	418	394
2027	418	392
Total	<u>7.981</u>	<u>7.077</u>

O valor presente do crédito tributário em 30 de junho de 2024 é de R\$ 7.374 (R\$ 6.430 em 31 de dezembro de 2023), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 12,48% (15,65% em 31 de dezembro de 2023) ao ano para os períodos correspondentes.

Créditos tributários não registrados

A Financeira não possui créditos tributários não registrados em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

9 Imobilizado de uso

	30/06/2024			31/12/2023
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Instalações	438	(419)	19	23
Móveis e equipamentos	7.905	(6.185)	1.720	219
Outros	51	(40)	11	16
Total	8.394	(6.644)	1.750	258

Movimentações do imobilizado em uso:

	Instalações	Móveis e Equipamentos	Outros	Total
Saldo inicial	23	219	16	258
Aquisição	-	1.540	-	1.540
Baixa	-	(8)	-	(8)
Depreciação	(4)	(31)	(5)	(40)
Saldo final	19	1.720	11	1.750

10 Intangível

	30/06/2024			31/12/2023
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Licenças e direitos	1.208	(673)	535	13
Total	1.208	(673)	535	13

Movimentações do intangível:

	Licenças
Saldo inicial	13
Aquisição	536
Amortização	(14)
Saldo final	535

11 Valores financiados a repassar

São valores financiados e efetivados nos últimos dias do semestre que serão repassados aos lojistas nos primeiros dias de julho, no montante de R\$ 1.697 (R\$ 2.100 em 31 de dezembro de 2023).

12 Contas a pagar

Referem-se a serviços prestados por lojistas, assessorias de cobrança, auditoria e outras contas a pagar.

	30/06/2024	31/12/2023
Serviços prestados a pagar	1.015	993
Contas a pagar	2.314	647
Outros	20	13
Total	3.349	1.653

13 Fiscais e previdenciárias

	30/06/2024	31/12/2023
Contribuição social	3.085	1.306
Imposto de renda pessoa jurídica	4.358	663
COFINS	623	640
Imposto de renda retido na fonte e outras retenções	426	509
INSS	369	369
FGTS	82	122
PIS	101	104
Outras	27	28
Total	9.071	3.741

14 Provisões – outras

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para férias	1.747	1.816
Provisão para 13º salário	585	-
Provisão para despesas	647	369
Total	2.979	2.185

15 Participação no resultado (empregados)

Pela convenção sindical da categoria, vigente até 31/12/2023, seria devido a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido em exercício anterior. O valor do PLR é de 90% do salário, acrescido do valor fixo de R\$ 3.646,54 (três mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) e limitado ao teto de R\$ 17.402,87 (dezessete mil, quatrocentos e dois reais e oitenta e sete centavos). Após a apuração do teto, será acrescida uma parcela adicional de R\$ 729,30 (setecentos e vinte e nove reais e trinta centavos). Estarão isentas do pagamento do PLR as financeiras que apurarem prejuízo no final do exercício.

O pagamento será em duas parcelas, um adiantamento de R\$ 2.187,94 (dois mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos) para cada empregado até o dia 20 de setembro e o saldo deverá ser quitado até o dia 02 de março do ano seguinte.

Como a convenção coletiva de trabalho não foi homologada até a data de 30 de junho de 2024, foi feita uma provisão para a participação no resultado com reajuste de 3,34%, que é o INPC acumulado de junho de 2023 até maio de 2024.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, o valor provisionado a pagar foi R\$ 777 (R\$ 1.470 em 31 de dezembro de 2023).

16 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.

a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	30/06/2024		31/12/2023	
	Provisões	Depósito Judicial	Provisões	Depósito Judicial
Contingências cíveis	2.034	594	1.611	513
Contingências trabalhistas	1.102	436	1.340	187
Total	3.136	1.030	2.951	700

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas.

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	1.611	1.340	2.951
Adições / atualizações monetárias	528	42	570
Reversão	(51)	(262)	(313)
Pagamento	(54)	(18)	(72)
Saldo final em 30 de junho de 2024	2.034	1.102	3.136
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	1.441	1.280	2.721
Adições / atualizações monetárias	836	62	898
Reversão	(149)	(19)	(168)
Pagamento	(71)	(28)	(99)
Saldo final em 30 de junho de 2023	2.057	1.295	3.352

c. Processos cíveis classificados como possíveis

A Financeira é parte em 152 processos cíveis (146 em 31 de dezembro de 2023) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 1.290 (R\$ 1.246 em 31 de dezembro de 2023). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d. Processos trabalhistas classificados como possíveis

A Financeira é parte em 4 processos trabalhistas (5 em 31 de dezembro de 2023) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 70 (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2023). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

e. Processos fiscais classificados como possíveis

A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sobre enquadramento de serviços prestados nos códigos 01.03 e 10.09 cujas alíquotas são de 3% e 2%, respectivamente. A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração atualizado é de R\$ 160 (R\$ 157 em 31 de dezembro de 2023).

A Receita Federal não acolheu as razões apresentadas na manifestação de inconformidade apresentada pela Financeira e manteve o despacho decisório que não homologou a compensação de crédito por pagamento indevido de COFINS, em janeiro de 2013. O crédito é comprovado pela declaração DACON e pelos registros contábeis. O jurídico da Financeira entende que é possível reverter a situação e, assim, interpôs Recurso Voluntário perante a Receita Federal. O montante atualizado do débito compensado e não homologado é de R\$ 129 (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2023).

O escritório jurídico, contratado pela Financeira, entende que não se trata de obrigação legal e que os serviços foram classificados corretamente nos respectivos códigos. Assim, a Financeira classificou o risco como perda *possível*.

17 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Recursos de aceites cambiais

Foram contratados no país, sendo remunerados, no semestre findo em 30 de junho de 2024, entre 100% e 140% do DI (entre 110 e 200% no semestre findo em 30 de junho de 2023). Alguns títulos são emitidos com liquidez e os demais sem liquidez. Considerando que todos os investidores que possuem títulos com liquidez resgatassem suas aplicações nos três primeiros meses do segundo semestre de 2024 os fluxos de caixa ficariam conforme demonstrado no primeiro quadro abaixo.

Do total das captações, 74,28% são com partes relacionadas (69,59% em 31 de dezembro de 2023).

a.1.Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

30/06/2024				
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de aceites cambiais	82.029	5.673	90.000	177.702
Total				177.702

31/12/2023				
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de aceites cambiais	81.327	7.580	74.829	163.736
Total				163.736

a.2.Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

	30/06/2024	30/06/2023
Recursos de aceites cambiais	10.753	11.127
Fundo Garantidor de Crédito	106	89
Total	10.859	11.216

18 Transações com partes relacionadas

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes e referem-se basicamente a captações, cujos prazos de vencimento e taxas de remuneração estão apresentados na nota explicativa 17, e os saldos são assim resumidos:

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	30/06/2023
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Recursos de aceites cambiais	(131.993)	(7.796)	(113.946)	(8.313)
Orlando Otto Kaesemodel Filho	(88.124)	(5.191)	(73.500)	(5.238)
Orlando Otto Kaesemodel Neto	(5.152)	(295)	(3.939)	(261)
Guilherme Slaviero Kaesemodel	(5.624)	(331)	(4.619)	(331)
Antônio João Beal	(509)	(30)	(460)	(28)
João Carlos Pereira	(127)	(7)	(90)	(1)
Sergio Shoji Yamamoto	-	-	-	(4)
Rafaela P. Muggiati Kaesemodel	(886)	(67)	(1.118)	(109)
Giuliana Gasparin L. Kaesemodel	(128)	(7)	(103)	(5)
Empreend. Florestais Cambijú Ltda	(7.139)	(424)	(6.766)	(494)
Negresco Admin. e Partic. Ltda	(24.304)	(1.435)	(23.351)	(1.433)

	30/06/2024		31/12/2023	30/06/2023
Descrição	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Negresco Serviços de Cobrança Ltda	-	(8)	-	(138)
Oelo Locação de Equip. Eletr. Ltda	-	-	-	(172)
Transesp Com. de Imóveis Ltda	-	-	-	(99)
Instituto Buko Kaesemodel	-	(1)	-	-
Remuneração dos administradores	-	(1.366)	-	(1.354)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2023), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	27.723	51,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	13.318	24,50%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	13.318	24,50%
Total	54.359.021	54.359	100,00%

As ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Ações com usufruto	Ações com direito a voto	Participação com direito a voto
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	21.199.998	48.923.139	90,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	(10.599.999)	2.717.941	5,00%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	(10.599.999)	2.717.941	5,00%
Total	54.359.021	-	54.359.021	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No semestre, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 840 (R\$ 383 em 30 de junho de 2023).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução CMN nº 4.872 de 27 de novembro de 2020.

A Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, vedou a distribuição de dividendos do exercício de 2020 e, assim, a Financeira deixou de distribuir o montante de R\$ 13.944 do lucro de 2020 que está aguardando definição do Banco Central do Brasil.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 26 de janeiro de 2023, foi aprovada a distribuição de lucro de 2022 no montante de R\$ 5.063 e foram pagos em 1º de fevereiro de 2023.

Em 14 de dezembro de 2023, foram pagos os juros sobre o capital próprio correspondentes ao exercício de 2023, no montante de R\$ 5.374, imputados ao dividendo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2023, complementando os 25% do dividendo obrigatório, foram distribuídos R\$ 518 de dividendos do exercício de 2023.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 31 de janeiro de 2024, foi aprovada a distribuição do restante do lucro de 2023 no montante de R\$ 16.496 e o pagamento do montante de R\$ 17.013, que ocorreu em 1º de fevereiro de 2024.

20 Receita de prestação de serviços

No semestre findo em 30 de junho de 2024, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito no montante de R\$ 2.809 (R\$ 2.857 em 30 de junho de 2023).

21 Despesas de Pessoal

	30/06/2024	30/06/2023
Proventos	5.900	5.585
Benefícios	2.726	2.542
Encargos sociais	2.323	2.151
Pró-labore	820	820
Participação nos lucros e resultados	777	724
Indenizações	63	83
Provisão para férias e 13º salário	871	536
Treinamentos	27	12
Total	13.507	12.453

22 Despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Serviços de terceiros	5.133	5.064
Técnicos especializados	7.841	6.862
Serviços dos sistemas financeiros	1.721	1.581
Serasa/Associação Comercial	1.820	1.761
Processamento de dados	511	474
Locação de imóveis	438	438
Comunicação	377	359
Manutenção e conservação	206	206
Propaganda e publicidade	48	48
Consumo de energia elétrica e água	118	97
Despesas com viagens	110	123
Outros	441	333
Total	18.764	17.346

23 Despesas tributárias

	30/06/2024	30/06/2023
COFINS	3.760	3.300
PIS	611	536
ISS	141	144
Outras	118	122
Total	4.630	4.102

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2024	30/06/2023
Impostos correntes:		
Imposto de renda	7.552	3.281
Contribuição social	4.538	1.975
Total	12.090	5.256
Impostos diferidos:		
Imposto de renda	(564)	(99)
Contribuição social	(339)	(59)
Total	(903)	(158)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	11.187	5.098

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes do IRPJ e CSLL	27.985	12.750
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40%)	(11.194)	(5.100)
(Adições) exclusões permanentes:		
Adições permanentes	(5)	(10)
Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	(11.199)	(5.110)
Outros	12	12
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	(11.187)	(5.098)

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

26 Gerenciamento de riscos

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza de suas operações e produtos, com o seu porte e o seu modelo de negócio, capacitada a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais compreendem: risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco social, risco ambiental, risco climático e demais riscos a que esteja exposta de maneira relevante.

Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos acima mencionados, inerentes à sua atividade, operações e negócios.

Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Risco operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Na definição acima, inclui-se, também, o risco legal, associado a eventual inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, possíveis sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Financeira.

Entre os eventos de risco operacional incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo, sem limitar, os custos de recuperação de exposições caracterizados como ativos problemáticos.

A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem diretrizes e padrões a serem observados e atendidos no processo de concessão e gestão de crédito.

A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.

A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

Não há na Financeira, risco de crédito decorrentes de títulos e valores mobiliários, nem de instrumentos financeiros derivativos, nem, tampouco, de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras.

A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução CMN nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

Risco de Liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento de risco de liquidez tem por objetivo acompanhar e controlar os possíveis e diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos, obrigações e dos instrumentos financeiros necessários e utilizados na gestão das operações.

A política de gerenciamento de risco e capital estabelecida pela Negresco S/A, tem por objetivo as diretrizes, governança e responsabilidades a serem observadas no processo de gerenciamento dos riscos de liquidez e capital, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos e a adequação do capital para fazer face às obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras inerentes e próprias das operações e negócios.

Risco Social

Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum, como por exemplos: assédio, discriminação, preconceito, trabalho em condições análogas à escravidão, exploração irregular do trabalho infantil, não observância da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo saúde e segurança do trabalho, tratamento irregular de dados pessoais.

Risco Ambiental

O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Risco Climático

Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

- a) risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- b) risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Financeira no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias de suas atividades, estabeleceu critérios e mecanismos de avaliação e formalização de suas operações, para minimizar e evitar qualquer situação, ocorrência ou evento com potenciais perdas para a instituição, decorrentes de riscos sociais, ambientais e climáticos.

A Financeira adota e preserva o respeito, a proteção e a promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum, está presente na sociedade honrando seus compromissos, respeitando seus funcionários, os organismos reguladores e governamentais, e a comunidade em que está inserida.

Os princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza social, ambiental e climático, nos negócios e nas relações com partes interessadas, estão definidos na “Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática”, estabelecida, aprovada e implementada pela Financeira, em consonância com as diretrizes disciplinadas na Resolução CMN nº 4.945/2021.

27 Patrimônio de referência exigido

A instituição optante pela metodologia simplificada de que trata a Resolução CMN 4.606, de 19 de outubro de 2017, deve manter, permanentemente, montante de PR_{S5} em valor superior ao requerimento mínimo exigido, que desde maio de 2022 é de 17%.

Requerimento mínimo de PR_{S5} conforme artigo 12 da Resolução CMN 4.606/2017

		30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR _{S5})	a	91.401	92.111
RWA _{ROSimp} (Risco Operacional)	b	48.024	46.120
RWA _{RCSimp} (Risco de Crédito)	c	207.629	196.406
RWA _{Simp} (b + c)	d	255.653	242.526
PR _{S5} mínimo exigido (d x 17% em 06/2022 e 16,25% em 12/2021)	e	43.461	41.229
Suficiência (insuficiência) de capital (a - e)		47.940	50.882
Índice de Basileia BACEN (a / d)		35,75%	37,98%
Razão mínima (Basileia / Bacen)		17%	17%

* * *

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente

Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro

João Carlos Pereira - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Conformidade

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7